

RESSOCIADIGI: uma proposta de auxílio à reintegração de apenados ao mercado de trabalho

RESSOCIADIGI: a proposal to assist the reintegration of inmates into the labor market

Fernando Castelo Branco Claudino Silva
fcbcs@discente.ifpe.edu.br

José Alfredo dos Santos Tenório
jast@discente.ifpe.edu.br

Paulo Maurício Gonçalves Júnior
paulogoncalves@recife.ifpe.edu.br

RESUMO

Este trabalho propõe o desenvolvimento de uma aplicação web destinada a apoiar apenados do sistema carcerário brasileiro na reinserção no mercado de trabalho. A necessidade desse tipo de projeto surge diante das falhas amplamente reconhecidas do sistema prisional brasileiro. Em colaboração com o Patronato Penitenciário de Pernambuco, foram identificadas necessidades que poderiam ser atendidas por uma plataforma web, como o cadastro de apenados e de vagas de emprego, além da digitalização de processos para conectar esses indivíduos com empresas que desejam oferecer oportunidades de trabalho.

Palavras-chave: Ressocialização de Apenados; Aplicação Web; Empregabilidade;

ABSTRACT

This work proposes the development of a web application aimed at supporting inmates of the Brazilian prison system in their reintegration into the labor market. The need for such a project arises from the widely recognized failures of the Brazilian prison system. In collaboration with the Patronato Penitenciário de Pernambuco, needs were

identified that could be met by a web platform, such as the registration of inmates and job vacancies, as well as the digitization of processes to connect these individuals with companies seeking to offer job opportunities.

Keywords: Inmates Resocialization; Web Application; Employability;

1 INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro enfrenta um conjunto de desafios que compromete sua capacidade de ressocialização dos apenados, desviando-se de seu propósito fundamental. A reintegração dessas pessoas ao convívio social, especialmente no âmbito profissional, é um processo complexo marcado por barreiras estruturais, sociais e institucionais. Entre os fatores mais críticos estão a superlotação das penitenciárias, a falta de iniciativas governamentais eficazes e o forte estigma social.

Para (CARVALHO BRUNA NASCIMENTO DE E OLIVEIRA, 2023), a reintegração no mercado de trabalho exige uma mudança de percepção social e uma ação concreta do Estado, visto que o preconceito muitas vezes se sobrepõe à capacitação técnica. A ausência de oportunidades dignas frequentemente força os egressos a aceitarem subempregos ou enfrentarem a marginalização econômica, o que eleva o risco de reincidência criminal. De acordo com o IPEA (2015), a taxa de reincidência legal registrada foi de 24,4%, evidenciando a fragilidade dos mecanismos atuais de reinserção.

Somado ao estigma social, um aspecto frequentemente negligenciado é a carência de recursos tecnológicos no setor público. Conforme aponta (PORTES, 2023), a implementação de tecnologias no sistema prisional enfrenta resistências devido a questões de segurança e falta de estrutura, limitando a eficácia da inclusão digital. Um exemplo claro desse cenário é o Patronato Penitenciário de Pernambuco, que lida com obstáculos tecnológicos severos. Atualmente, processos como o cadastro de vagas e a emissão de certificados são realizados manualmente, o que limita a eficiência do atendimento e a conexão entre o apenado e o mercado de trabalho.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a busca por alternativas inovadoras que utilizem a tecnologia como aliada. A presente pesquisa propõe, portanto, uma solução tecnológica para mitigar esses desafios, viabilizando uma conexão eficiente entre os apenados e oportunidades reais de trabalho por meio da digitalização e otimização dos processos realizados pelo Patronato.

1.1 Objetivos

Nesta seção, será apresentado o principal objetivo do trabalho, bem como os objetivos específicos a serem alcançados.

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver uma aplicação web, em colaboração com o Patronato Penitenciário de Pernambuco, que automatize e gerencie os processos de oferta de vagas de empregos aos apenados, visando substituir métodos manuais por uma plataforma centralizada de intermediação de mão de obra e gestão de documentos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Desenvolver uma plataforma web que permita o cadastro de apenados, empresas e vagas de emprego;
- Facilitar a conexão entre apenados e oportunidades de trabalho disponíveis;
- Digitalizar processos administrativos, como a emissão de certificados, reduzindo a necessidade de procedimentos manuais;
- Aumentar a eficiência do Patronato na gestão de dados e no suporte aos apenados.
-

1.2 Organização do trabalho

Este trabalho está organizado em 5 seções. A Seção 2 apresenta o referencial teórico, onde serão abordados os principais assuntos discutidos; na Seção 3 descreve-se a metodologia, referindo-se a como foram executados os principais assuntos abordados no referencial teórico; e, por fim, nas Seções 4 e 5 apresentamos os resultados, onde discutiremos os principais achados, e as considerações finais deste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, exploraremos os principais conceitos presentes na elaboração do projeto.

2.1 Problemas do Sistema Carcerário

O sistema carcerário brasileiro enfrenta desafios estruturais e sociais que comprometem sua eficácia na ressocialização dos apenados (FERREIRA; SOUZA, 2023). Superlotado, marcado por condições desumanas e reincidência criminal, ele se distancia do ideal de reinserção social (FANG; AZAMBUJA, 2021). Além disso, essa superlotação também gera problemas relacionados à falta de acesso a condições básicas de higiene, saúde e educação (QUEIROZ et al., 2023).

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), no Brasil mais de 800 mil pessoas encontram-se em privação de liberdade, ocupando o terceiro lugar no ranking de maiores populações prisionais mundiais; mesmo que a capacidade total das unidades prisionais seja significativamente inferior (SILVA; BARROSO, 2024). A falta de estrutura para programas de ressocialização no sistema carcerário brasileiro é um reflexo direto dessa superlotação e das condições precárias das prisões. Muitas unidades prisionais não possuem espaços adequados para a realização de atividades educativas, culturais ou de capacitação profissional, essenciais para a reintegração social dos detentos (ROCHA; CANTUÁRIA, 2022).

Além disso, a escassez de recursos financeiros e humanos compromete a implementação de iniciativas que poderiam preparar os presos para uma vida fora do crime, perpetuando o ciclo de reincidência (ALVARENGA et al., 2024). Outro fator crítico é a ausência de políticas públicas consistentes e de longo prazo voltadas para a ressocialização. Embora a Lei de Execução Penal (LEP - LEI Nº 14.843, DE 11 DE ABRIL DE 2024) estabeleça a reintegração social como um dos objetivos principais da pena, na prática, muitos programas são interrompidos ou subfinanciados (ARAÚJO; SILVA; RIBEIRO, 2022).

A falta de integração entre o sistema prisional e outras esferas governamentais, como educação e trabalho, também dificulta a criação de oportunidades reais para os detentos, tanto durante o cumprimento da pena quanto após a sua liberação (JARDIM; NEVES; GONÇALVES, 2022).

2.2 Inserção do apenado no mercado de trabalho

A reinserção de apenados no mercado de trabalho é um dos principais desafios para sua ressocialização. Além da discriminação por parte da sociedade, a falta de políticas públicas efetivas contribui para exclusão dessa população e reincidência criminal (FILHO; LEITE; MONTEIRO, 2023). Programas que visam aumentar a empregabilidade dos apenados podem ser vistos como ferramentas eficazes para geração de renda e contribuir para diminuição do preconceito, já que a ressocialização do apenado é vista como uma garantia que o cidadão cumpriu sua pena (FERREIRA et al., 2024). No âmbito nacional, o programa “Começar de Novo” (Resolução nº 96 de 27 de outubro de 2009), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), busca criar oportunidades de emprego e capacitação para apenados, incentivando empresas a contratá-los por meio de parcerias e campanhas de conscientização (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2025). Apesar de relevante, esse programa não consegue cumprir com a implementação, acompanhamento e avaliação da política ideais para a reinserção uniforme de todos os presos na sociedade. É observado que há maior detrimento de oportunidades para grupos específicos de detentos, como aqueles que praticaram crimes contra a dignidade sexual (MENEZES, 2021). Como citado anteriormente, algumas legislações brasileiras como a LEP incentivam a contratação dessa população por meio de incentivos fiscais, como forma de reduzir o preconceito e estimular a inclusão social. Logo, iniciativas que promovam a empregabilidade de apenados são fundamentais para romper os ciclos de reincidência.

Há ainda iniciativas privadas, que têm desempenhado um papel crucial nesse processo de ressocialização.

Organizações não governamentais (ONGs) e empresas têm desenvolvido projetos voltados à empregabilidade e à capacitação de apenados (CRUZ; LEMOS; MONIQUE, 2021). Contudo, a ação de setores privados pode apresentar falhas e desvantagens: a falta de regulamentação, ocasionando exploração da mão de obra; foco no lucro, priorizando apenas os interesses financeiros dos empresários e limitando a ação do impacto social dessas iniciativas (CRUZ; LEMOS; MONIQUE, 2021).

2.3 Plataforma de Empregabilidade de Apenados

Diante desse cenário, a criação de um aplicativo focado na reinserção de apenados no mercado de trabalho surge como uma solução inovadora para reduzir os obstáculos enfrentados por essa população. A digitalização pode ser um elemento crucial para otimizar o processo de reinserção, embora ainda haja resistência à tecnologia dentro do sistema prisional e falta de infraestrutura adequada (PORTES, 2023). A plataforma funcionaria como um intermediário entre empresas socialmente responsáveis e apenados em busca de uma nova oportunidade. Além disso, a modernização de processos administrativos pode aumentar a eficiência do suporte aos apenados. O Patro-nato Penitenciário de Pernambuco enfrenta dificuldades devido à défcits tecnológicos.

Logo, a utilização dessa aplicação irafacilitar o cadastro de vagas e emissão de certificados; e espaço para depoimentos de empregadores e apenados que obtiveram sucesso na reinserção profissional.

2.4 Trabalhos relacionados

Nesta seção, serão apresentados alguns trabalhos que se aproximam do projeto de-senvolvido, tanto em termos de tema quanto de metodologia. Todos os estudos lista-dos têm em comum a ineficácia processual e a carência de recursos tecnológicos no sistema prisional brasileiro, o que torna necessária a criação de propostas com foco tecnológico para a melhoria desses problemas.

No artigo (MENDES; DUENHAS; PIRES, 2024), o problema apresenta-se na forma como são contabilizadas e geridas as informações sobre apenados em penas alternativas, aqueles que podem prestar serviços à comunidade durante o cumprimento de sua pena. As varas locais da Justiça Federal se mostram ineficientes na gestão dessas informações, gerando problemas como a falta de centralização e uniformidade entre diferentes varas e municípios. A proposta oferecida pelos pesquisadores foi um conjunto de uma plataforma web e outra mobile que auxiliasse as varas locais em seus pontos de necessidade. A proposta seria composta por uma plataforma web voltada para o uso dos funcionários das varas, onde seriam encontradas funcionalidades para auxiliar a gestão e o apoio aos apenados, como o cadastro de apenados, o gerenciamento das atividades dos apenados, entre outras. Além disso, o aplicativo mobile voltado para o uso dos apenados, onde a principal função seria o check-in e o check-out, mas também poderia auxiliar em outras questões, como a candidatura a novas atividades de interesse do usuário.

No artigo (NASCIMENTO, 2017), a proposta agora é voltada para detentos em regimes fechados. O trabalho novamente destaca a falta de utilização de recursos

tecnológicos pelo setor público no sistema penitenciário. Nesse estudo, o objetivo principal seria a criação de um dispositivo móvel, o SISCAPMobile, para o cadastro de informações de detentos em regime fechado. Seria possível registrar dados como o crime cometido, o presídio, a cela onde o recluso se encontra, entre outras informações. Segundo os autores, uma possibilidade de utilização seria na identificação de situações em que detentos com penas mais brandas estão compartilhando celas com outros de penas mais violentas, mas de forma geral esses registros poderiam auxiliar o setor público de diversas formas diferentes ao modo onde alimentaria uma base de dados de maneira uniforme. O sistema também permitiria o pré-cadastro de visitantes, ajudando na gestão dos mesmos e tornando mais prática e rápida a marcação de visitas por parte dos familiares dos apenados.

A partir da análise dos trabalhos apresentados, é possível perceber que a utilização de recursos tecnológicos no sistema prisional é uma necessidade urgente e uma potencial solução para diversos problemas enfrentados nesse setor. Tanto o artigo de (MENDES; DUENHAS; PIRES, 2024) quanto o de (NASCIMENTO, 2017) destacam a ineficácia da gestão das informações sobre os detentos, seja em regimes de penas alternativas ou em regimes fechados, e apontam a falta de ferramentas tecnológicas como um dos principais entraves para a eficiência do sistema. Ambos os estudos propõem soluções inovadoras, com o uso de plataformas digitais para facilitar a gestão e a comunicação no sistema penitenciário, melhorando, assim, a administração dos processos e a integração das informações.

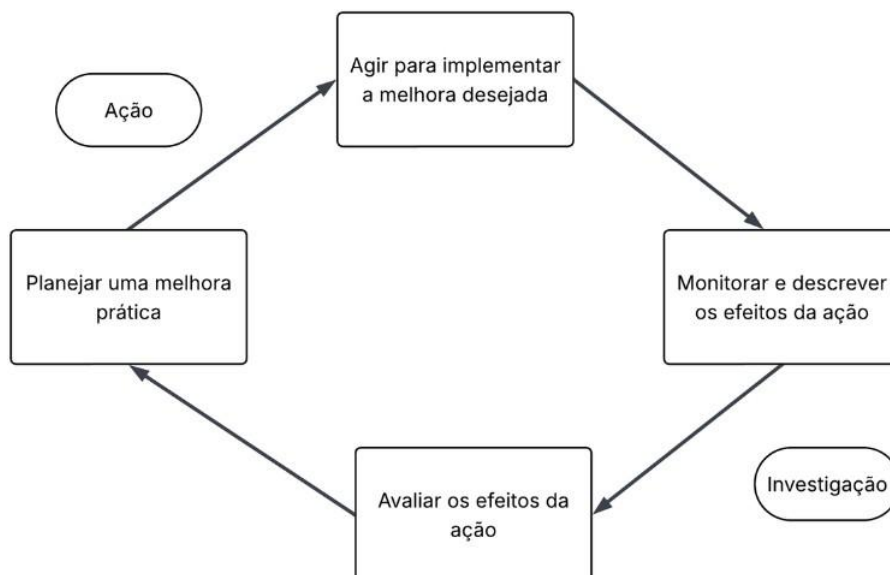
Essas propostas, embora focadas em diferentes aspectos do sistema prisional, compartilham o objetivo de melhorar a gestão das informações, promover a segurança e otimizar a comunicação, seja no âmbito da Justiça Federal, seja no contexto do regime fechado. A integração de soluções como plataformas web e dispositivos móveis mostra-se essencial para a modernização do sistema, criando uma base de dados centralizada, mais uniforme e acessível, que, por sua vez, pode ajudar a identificar e mitigar problemas, como o compartilhamento inadequado de celas e a falta de controle sobre as visitas.

Portanto, esses trabalhos reforçam a necessidade de implementar tecnologias que não só otimizem os processos administrativos, mas também contribuam para a segurança e a eficácia da gestão do sistema prisional, demonstrando que as inovações tecnológicas têm um grande potencial para transformar esse setor no Brasil.

3 METODOLOGIA

A metodologia principal adotada neste trabalho de conclusão de curso foi a Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 2011). Essa abordagem caracteriza-se pela colaboração ativa entre pesquisador e pesquisado, possuindo um caráter incremental e cíclico que une a ação prática à produção de conhecimento. A investigação foi estruturada nas seguintes fases: Diagnóstico, Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação.

Figura 1 – Fases da Pesquisa-Ação



Fonte: Autoria própria.

3.1 Fase de Diagnóstico e Levantamento de Requisitos

O problema central identificado foi a ausência de um canal digital eficiente para conectar instituições de ressocialização a empresas interessadas em contratar apenados. O intuito desta fase inicial foi aprofundar a compreensão da problemática da empregabilidade de apenados e identificar as demandas dos usuários-alvo. O diagnóstico iniciou-se com um levantamento bibliográfico detalhado sobre o tema da ressocialização, a legislação penal pertinente no Brasil e o embasamento teórico que fundamenta a investigação. Depois, foi feito um levantamento minucioso dos requisitos funcionais e não funcionais, o que nos possibilitou identificar as funcionalidades-chave da plataforma, como o registro de perfis de detentos, a anotação de vagas oferecidas por empresas e o sistema de correspondência entre os dois. Com base nesse levantamento, a aplicação foi idealizada como uma ponte digital que liga a oferta à procura de emprego para esse público. Ao final dessa etapa, a proposta do sistema foi validada pelo Patronato Penitenciário de Pernambuco, assegurando o alinhamento da plataforma com as necessidades reais da instituição.

3.2 Fase de Planejamento e Desenvolvimento da Intervenção

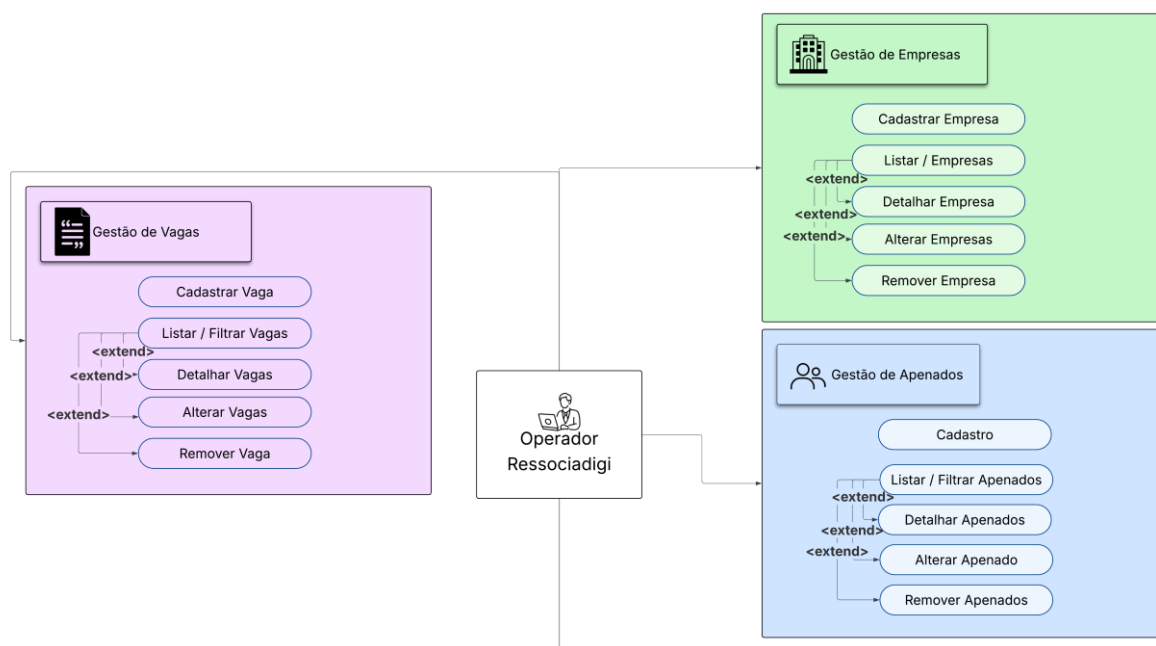
A solução foi idealizada como uma ponte digital com gestão centralizada para o controle de perfis de candidatos, empresas e gerenciamento de vagas de trabalho. Com os requisitos bem estabelecidos, começou o planejamento da arquitetura e a aplicação foi efetivamente desenvolvida. Foi escolhida uma arquitetura em camadas, de acordo com o padrão Model-View-Controller (MVC), para assegurar a separação de responsabilidades e simplificar a manutenção do código.

O backend da aplicação foi desenvolvido utilizando a linguagem Java com o framework Spring Boot, implementando a lógica de negócio e segurança, o que se justifica devido à sua solidez, capacidade de escalar e vasta documentação. Este aparato tecnológico nos possibilitou a implementação de uma API RESTful para gerenciar a comunicação com o banco de dados. A interface do usuário, por sua vez, foi construída com HTML, CSS e JavaScript, utilizando o motor de templates Thymeleaf para integração nativa com o Spring. Além disso, a comunicação assíncrona com o backend foi implementada por meio de AJAX para renderização server-side com componentização reutilizável, proporcionando uma experiência de usuário mais suave.

Entre as decisões arquiteturais, destaca-se a utilização do padrão DTO e Bean Validation para proteção de payload, prevenção de overfetching e validação de dados pré-processamento. O motor de busca foi estruturado com filtros dinâmicos e queries otimizadas utilizando o Specification Pattern e Criteria API.

Para melhor visualização e entendimento das funcionalidades do sistema, os casos de uso foram divididos em dois blocos lógicos. A Figura 2 ilustra as operações base de cadastro e gerenciamento das entidades principais da plataforma (Apenados, Empresas e Vagas).

Figura 2 – Casos de Uso - Gestão de Cadastros Base.

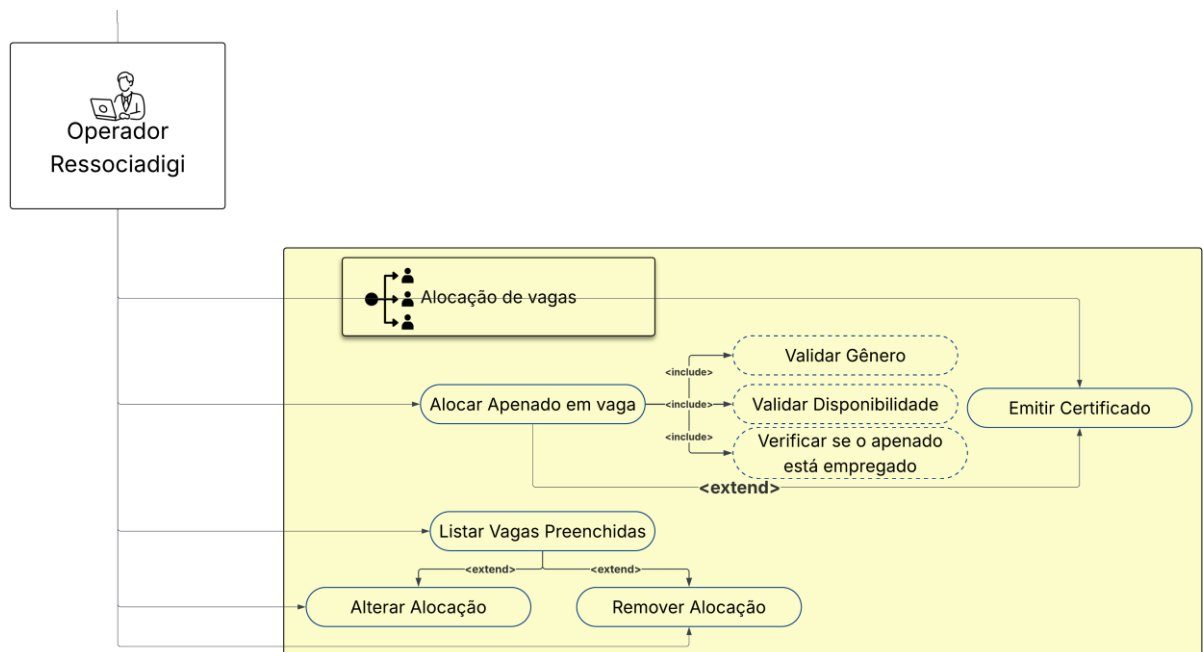


Fonte: Autoria própria.

Já a Figura 3 apresenta o fluxo operacional de negócio, que engloba a alocação de apenados às vagas disponíveis, as validações de regras (como checagem de gênero e disponibilidade) e a posterior emissão do certificado.

]

Figura 3 – Casos de Uso - Alocação e Certificação. Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.

3.3 Fase de Avaliação e Demonstração do Artefato

A etapa de avaliação, uma parte essencial da Pesquisa-Ação, foi conduzida como uma demonstração da eficácia da intervenção tecnológica. Em vez de uma análise de dados de grande escala, o objetivo foi mostrar que o sistema era funcional e atendia aos requisitos estabelecidos anteriormente. Para isso, foram realizados testes de usabilidade e funcionalidade, conferindo se cada parte da aplicação, como o registro de usuários, a publicação de vagas e a busca e visualização de perfis, funcionava como o previsto. A avaliação final teve como objetivo validar a viabilidade técnica e a conformidade da solução com o problema inicial, chegando à conclusão de que o artefato criado é uma ferramenta promissora e viável para a ressocialização.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

Na fase de diagnóstico e levantamento de requisitos, compreendemos que o problema central a ser atacado é a ausência de um canal digital eficiente que conecte instituições de ressocialização a empresas interessadas em contratar apenados. Com base nessa constatação, o artefato tecnológico **RessociaDigi** foi concebido com o propósito de suprir essa lacuna, oferecendo um sistema de gerenciamento completo para a coordenação de vagas de emprego e de perfis de candidatos.

O sistema foi estruturado para fornecer uma interface clara e funcional aos gestores da plataforma. As Figuras 4 e 5 ilustram as telas de gerenciamento do sistema, acessíveis por meio de um painel de controle que permite a administração de empresas, apenados e vagas. A partir da página “Empresas”, é possível visualizar uma lista de todas as companhias cadastradas e, através da tela “Cadastrar Empresa”, inserir novas informações detalhadas como nome, CNPJ, telefone, endereço e dados do contato responsável. De maneira similar, na seção “Apenados”, os gestores têm acesso a uma lista completa de perfis e a um formulário para o cadastro detalhado de novos candidatos, com campos para nome completo, CPF, contato e habilidades. A página “Vagas” completa o ciclo inicial, permitindo a visualização das oportunidades de emprego disponíveis.

Figura 4 – Telas de gerenciamento do sistema web - apenada e Cadastro de Apenado.

RessociaDigi

Apenados

FILTRAR CADASTRAR APENADO 8

NOME	CPF	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	HABILIDADES	AÇÕES
Nenhum registro armazenado.					

VOLTAR Pagina 1 de 0 << < > >>

localhost:3000/inserir/apenado?sessaoId=650c30a3a70067a09724276cdd0e749

RessociaDigi

Cadastrar Apenado

Dados Pessoais

Os dados que contêm a sinalização (*) são obrigatórios!

NOME COMPLETO *	CPF *
TELEFONE *	2° TELEFONE
PRONTUÁRIO	NOME DA MÃE
E-MAIL	DATA DE NASCIMENTO *
CNH TIPO: ☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	SEXO BIOLÓGICO *
ORIENTAÇÃO SEXUAL	Masculino

Nenhum

[Voltar](#) | [Dados pessoais](#) | [Endereço](#) | [Instrução](#) | [Situacional](#)

Ativar o Windows
Acesse Configurações para ativar o Windows.

RessociaDigi

Empresas

[FILTRAR](#) [CADASTRAR EMPRESA](#) 8

CNPJ	NOME DA EMPRESA	RESPONSÁVEL	INTERLOCUTOR	TELEFONE	CIDADE	AÇÕES
Nenhum registro armazenado.						

[VOLTAR](#) [Página 1 de 0](#) << < > >>

Fonte: Autoria própria.

Figura 5 – Telas de gerenciamento do sistema web - Empresa e Cadastro de Empresa.

RessociaDigi

Cadastrar Empresa

NOME DA EMPRESA	CNPJ
RESPONSÁVEL	INTERLOCUTOR
E-MAIL	TELEFONE
NÚMERO DE CONVENIO	VIGENCIA
2° TELEFONE	ESTADO
CIDADE	BAIRRO
RUA	CEP
COMPLEMENTO	Número

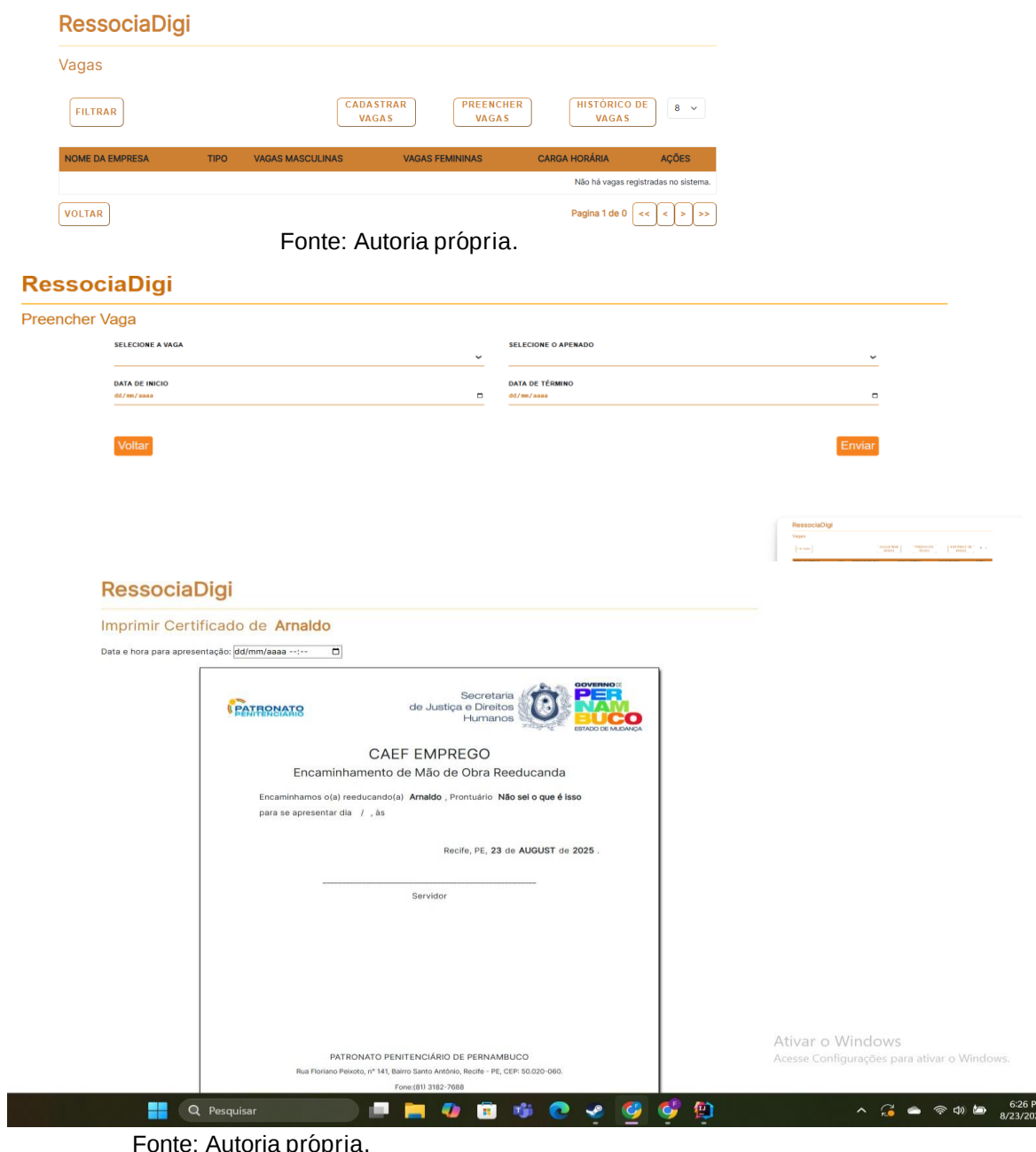
[Voltar](#) [Enviar](#)

Ativar o Windows
Acesse Configurações para ativar o W

Fonte: Autoria própria.

Em seguida, o sistema oferece funcionalidades que representam a essência da sua proposta de valor. A Figura 6 apresenta o fluxo de trabalho para o preenchimento e acompanhamento de vagas. Na tela “Preencher Vaga”, o gestor pode associar um apenas a uma vaga específica de forma intuitiva, selecionando os nomes em listas suspensas e definindo as datas de início e término. Essa ação gera um registro na página “Vagas Preenchidas”, que serve como um histórico completo das contratações realizadas. Por fim, uma funcionalidade-chave para a ressocialização, a tela “Imprimir Certificado”, demonstra a capacidade do sistema de gerar documentos oficiais. Este é certificado de encaminhamento para o trabalho um resultado tangível da intervenção, pois formaliza o processo e fornece um documento importante para o apenas.

Figura 6 – Fluxo de trabalho para o preenchimento de vagas e emissão de certificados.



Fonte: Autoria própria.

Para validar a funcionalidade do protótipo, foi realizada uma fase de testes exploratórios. O objetivo era verificar se as telas de cadastro, navegação e interação do sistema estavam operando conforme o esperado. O processo de teste demonstrou que, de forma geral, a experiência de uso do sistema foi positiva, com a interface mostrando-se intuitiva e de fácil entendimento para o cadastro de empresas, agendas e vagas. No entanto, foram identificados pequenos pontos de melhoria, como a necessidade de aprimorar a validação de campos obrigatórios e as mensagens de erro, o que é comum para protótipos em fase inicial. O sistema se mostrou robusto em suas funcionalidades principais, e as lições aprendidas nessa fase de validação forneceram um norte claro para futuras otimizações. Assim, a execução demonstrou muitos pontos positivos e comprovou a viabilidade da solução, o que servirá para a continuação de base o projeto e a realização de testes mais abrangentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central enfrentar o complexo desafio social da ressocialização de apenados, propondo uma solução tecnológica para facilitar sua reintegração no mercado de trabalho. Por meio da metodologia de Pesquisa-Ação, o projeto RessociaDigi foi concebido e materializado como um artefato funcional, demonstrando que a tecnologia pode ser uma intervenção direta e eficaz para problemas de relevância social.

O protótipo desenvolvido, com sua arquitetura robusta e suas funcionalidades de gerenciamento de perfis e vagas, comprovou sua viabilidade técnica e a aderência aos requisitos iniciais. A criação de um canal digital para conectar empresas e candidatos, aliado à capacidade de gerar documentos oficiais, validou a premissa de que a aplicação pode servir como uma ferramenta poderosa para agilizar e formalizar o processo de reintegração.

Embora o sistema se configure como uma prova de conceito bem-sucedida, ele estabelece as bases para trabalhos futuros. Recomenda-se que as próximas etapas incluam a implantação em um ambiente real de produção e a realização de testes mais aprofundados com usuários finais, a fim de refinar a usabilidade e expandir as funcionalidades. Em última análise, este projeto não apenas entrega uma solução técnica, mas também reforça a ideia de que a Engenharia de Software e a Análise e Desenvolvimento de Sistemas são campos fundamentais para o desenvolvimento de ferramentas que promovem a dignidade e a transformação social.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, G. S. et al. Direito de acesso à justiça: o desafio da assistência jurídica pública aos detentos diante da escassez de recursos. *FACULDADE DOCTUM DE VILA VELHA - INSTITUTO ENSINAR BRASIL*, 2024.

ARAÚJO, L. R. D.; SILVA, M. V. D.; RIBEIRO, L. D. P. A ineficácia da lei de execução penal na ressocialização do preso. *Facit Business and Technology Journal*, v. 4, n. 39, 2022.

CARVALHO BRUNA NASCIMENTO DE E OLIVEIRA, L. V. Etiquetamento social de ex-detentos: Um estudo acerca da reintegração no mercado de trabalho. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 10, p. 6338–6353, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i10.12172>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Começar de Novo*. 2025. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/campanha/comecar-de-novo-artigo-campanha/>.

CRUZ, D.; LEMOS, J.; MONIQUE, L. Ressocialização de ex detentos: O que dificulta a inserção no mercado de trabalho. *CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA*, 2021.

FANG, C. C.; AZAMBUJA, C. M. B. *A SUPERLOTAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS*. Instituto Federal de Pernambuco. Campus Recife. Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. 28 de maio de 2026.

PRISIONAIS BRASILEIROS E A (IN)EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA. 2021. Disponível em: <<https://urisaoluiz.com.br/site/wp-content/uploads/2021/01/Revista-9a-edicao-1-artigo-12.pdf>>.

FERREIRA, D. U. S.; SOUZA, M. A. C. D. A superlotação do sistema carcerário brasileiro: Futuro condenado ou tempo da reforma? *Facit Business and Technology Journal*, v. 1, n. 44, 2023.

FERREIRA, W. D. S. et al. No caminho da ressocialização: O programa trabalhando a liberdade na perspectiva da reinserção do apenado no mercado de trabalho no Amazonas. *BIUS - Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia*, v. 44, n. 38, p. 1–25, 2024.

FILHO, A. D. B.; LEITE, C.; MONTEIRO, A. M. R. Políticas de educação nas prisões: uma análise das 10 maiores populações prisionais. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, p. e280069, 2023.

JARDIM, L. L. T.; NEVES, M. P. X.; GONÇALVES, E. O. S. As dificuldades de ressocialização do apenado no sistema penitenciário brasileiro. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 5, maio 2022.

MENDES, C. C. S.; DUENHAS, R. A.; PIRES, M. R. Políticas públicas inteligentes: uso de sistemas de informação para auxílio no gerenciamento de apenados na prestação de serviços à comunidade. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 18, n. 1, p. 116–131, 2024. Acesso em: 23 mar. 2025. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1749>>.

MENEZES, E. C. D. *Trabalho na prisão: um estudo sobre o Projeto Começar de Novo na penitenciária Lemos Brito – Salvador/BA entre 2018 e 2020*. Dissertation — FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2021.

NASCIMENTO, J. A. Siscapmobile como ferramenta de acessibilidade prisional. *Entre Aberta Revista de Extensão*, v. 2, n. 1, 2017. Acesso em: 23 mar. 2025. Disponível em: <<https://revistas.cesmac.edu.br/entreaberta/article/view/681>>.

PORTES, C. S. V. Limitações da estrutura do sistema prisional para a inclusão do ensino digital de alunos detentos. *Repositorio UNIVC*, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/1757>>.

QUEIROZ, G. V. R. et al. Assistência À saúde no cárcere: Um olhar para o sistema penitenciário brasileiro. *Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, v. 14, n. v14n2, p. 1, 2023.

ROCHA, G. S.; CANTUÁRIA, A. I. A contribuição da prática educativa no processo de ressocialização no contexto do sistema prisional brasileiro. *Revista Científica Multidisciplinar do CEAP*, v. 4, n. 2, 2022.

SILVA, L. A. F. D.; BARROSO, A. A. C. A dificuldade de reinserção de ex-detentos na sociedade: Desafios e perspectivas. *Revista ft*, p. 26–27, 2024.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.